

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA**

HENRIQUE MENEZES ZANON

**CONCILIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
Um estudo de caso na gestão do caixa de uma empresa do comércio varejista de
combustíveis**

Florianópolis, 2006

HENRIQUE MENEZES ZANON

**CONCILIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
UM ESTUDO DE CASO NA GESTÃO DO CAIXA DE UMA EMPRESA DO
COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Orientador: Professor Dr. Ernesto Fernando R. Vicente.

FLORIANÓPOLIS. 2006.

HENRIQUE MENEZES ZANON

Esta Monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de atribuída pela banca constituída pela orientadora e membros abaixo.

Professora Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Coordenadora de Monografias

Banca examinadora:

Professor Dr. Ernesto Fernando R. Vicente

Professor Msc. Isair Sell

Professor Dr. Loreci João Borges

Florianópolis. 2006.

“Escolher um método e aplicá-lo é do senso comum. Se falhar admita-o francamente e experimente outro. Acima de tudo, tente alguma coisa”.

Franklin Delano Roosevelt

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Pai Celestial, por me mostrar o caminho da verdade, justiça, humildade e caridade.

Aos meus pais, Francisco e Sonia, maiores incentivadores desta minha jornada acadêmica, de conduta e moral ilibadas, grandes mestres da arte de viver, que todos os dias retribuo todo carinho e cuidado dedicados a mim.

À minha irmã Francine, caçula da família, exemplo a ser seguido.

À minha esposa e companheira de todas as horas, Daniela, agradeço a compreensão e paciência.

Ao professor Dr. Ernesto Fernando R. Vicente, grande amigo, pela sua orientação e dedicação.

Aos professores e funcionários do curso, pela dedicação e esforço, pela contribuição significativa para a minha formação acadêmica.

Aos meus colegas, que com muita união e amizade vencemos esta jornada.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho: meu sincero agradecimento.

RESUMO

ZANON, Henrique Menezes. *Conciliação Econômico-Financeira: Um estudo de caso na gestão do caixa de uma empresa do comércio varejista*. 2006. 47 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

Este estudo foi formulado com o intuito de efetuar a conciliação econômico-financeira de uma empresa de comércio varejista de combustíveis como ferramenta de gestão de negócios. A gestão do caixa é condição fundamental para a continuidade das atividades das empresas. O pequeno e médio empresário, deve ter consciência que suas empresas também precisam deste modelo de gestão, como acontecem nas grandes empresas. Artigos publicados por revistas especializadas e por órgãos do governo revelam que a maior causa da mortalidade das pequenas e médias empresas são decorrentes da falta de controle na gestão do caixa. A Contabilidade, através das suas Demonstrações Contábeis, contribui para a realização dessa gestão. Assim, inicialmente se fez uma revisão teórica a fim de relacionar alguns conceitos concernentes às Demonstrações Contábeis, Administração do Caixa e Entidades Mercantis, indispensáveis para a formulação e para a compreensão do modelo de gestão do caixa. Logo em seguida partiu-se para a proposta do modelo de gestão do caixa. Foram comparados o modelo de gestão efetuados pela empresa em estudo com o modelo proposto pelo autor. Verificou-se que a empresa não realizava uma gestão eficaz de caixa, ao destinar seus recursos sem nenhum critério. O modelo proposto pelo autor mostra uma destinação mais adequada dos recursos do caixa, gerando níveis de liquidez satisfatórios e facilidades para futuras obtenções de crédito. O presente estudo caracteriza-se como: quanto ao objetivo, descritiva; quanto aos procedimentos, estudo de caso; e quanto à abordagem do problema, quantitativa.

Palavras-chaves: Conciliação Econômico-Financeira. Demonstrações Contábeis. Administração do Caixa. Modelo de Gestão do Caixa.

ABSTRACT

This study has been formulated for the purpose of performing financial-economic conciliation on fuel retail companies as an instrument of business management. A cash management is a fundamental condition for company future activities. Small and medium entrepreneurs must become aware of their companies and its management needs, as big companies do. Articles published by specialized serials and governmental institutions reveal that most small and medium companies break down causes result from bad cash management. The Accountancy, through its Financial Statement Analysis, contributes to achieve cash management. Therefore, it has been initially done a theoretical review in a way to relate concepts from Financial Statement Analysis, Economic Valuation and Mercantile Institutions, essentials for formulating and comprehending a cash management model. After that, it has been suggested a new cash management model. It has been compared between some models practiced by companies and the one proposed by this author. It has been verified that the company, object of this study, was not practicing an efficient cash management by reserving their resources with no criterion. The author's model shows a much more appropriate cash resource destination, by developing more satisfactory credit constraints and facilities for any future credit demanding. The present study characterizes as a descriptive objective, a study case procedures and a quantitative problem approach.

Key words: Financial-Economic Conciliation. Financial Statement Analysis. Cash Administration. Cash Management Model.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Destinações ano 2001.....	32
Gráfico 2:	Destinações ano 2002.....	34
Gráfico 3:	Destinações ano 2003.....	35
Gráfico 4:	Destinações ano 2004.....	36
Gráfico 5:	Destinações ano 2005.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Demonstração do resultado do exercício.....	30
Tabela 2:	Balanço patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2001.....	31
Tabela 3:	Balanço patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2002.....	31
Tabela 4:	Balanço patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2003.....	31
Tabela 5:	Balanço patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2004.....	31
Tabela 6:	Balanço patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2005.....	31
Tabela 7:	Média mensal de despesas em 2001.....	32
Tabela 8:	Média mensal de despesas em 2002.....	33
Tabela 9:	Média mensal de despesas em 2003.....	34
Tabela 10:	Cálculo dos valores de dividendos em 2004.....	35
Tabela 11:	Média mensal de despesas em 2004.....	36
Tabela 12:	Cálculo dos valores de dividendos em 2005.....	37
Tabela 13:	Média mensal de despesas em 2005.....	37
Tabela 14:	Situação 01.....	39
Tabela 15:	Valores da “Situação 01” em percentuais.....	39
Tabela 16:	Situação 02.....	39
Tabela 17:	Valores da “Situação 02” em percentuais.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
DF	Distrito Federal
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IR	Imposto de Renda
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
JUCESC	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINFREN	Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis e Derivados de Petróleo da Grande Florianópolis
DNRC	Departamento Nacional de Registro do Comércio

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Considerações iniciais.....	12
1.2	Tema e problema.....	13
1.3	Objetivos.....	14
1.3.1	Objetivo geral.....	14
1.3.2	Objetivos específicos.....	14
1.4	Justificativa.....	15
1.5	Metodologia da pesquisa.....	16
1.6	Limitações da pesquisa.....	17
1.7	Estrutura do trabalho.....	17
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1	Considerações iniciais.....	18
2.2	Usuários da informação contábil.....	18
2.3	Princípios fundamentais de contabilidade.....	18
2.3.1	Princípio da continuidade.....	19
2.3.2	Princípio da competência.....	19
2.3.3	Princípio da oportunidade.....	20
2.3.4	Princípio da prudência.....	20
2.4	Demonstração do resultado do exercício (DRE).....	20
2.4.1	Receita de venda de produtos.....	20
2.4.2	Custo dos produtos vendidos.....	21
2.4.3	Despesas operacionais.....	21
2.4.3.1	Despesas de vendas.....	21
2.4.3.2	Despesas administrativas.....	22
2.4.3.3	Outras receitas e despesas operacionais.....	22
2.4.3.4	Encargos financeiros líquidos.....	22
2.4.4	Resultados não operacionais.....	22
2.4.5	Contribuição social.....	23
2.4.6	Provisão para o IR.....	23
2.4.7	Resultado líquido do exercício.....	23
2.5	Administração do caixa.....	23

2.5.1	Técnicas de administração do caixa.....	24
2.5.2	Saldos mínimos.....	25
2.6	Empresas mercantis.....	27
3.	ESTUDO DE CASO.....	29
3.1	Apresentação da empresa.....	29
3.2	Estrutura da DRE.....	29
3.3	Balço patrimonial.....	30
3.4	Aplicação da técnica de saldos mínimos e destinação dos recursos de caixa	31
3.4.1	Ano de 2001.....	32
3.4.2	Ano de 2002.....	33
3.4.3	Ano de 2003.....	34
3.4.4	Ano de 2004.....	35
3.4.5	Ano de 2005.....	36
3.5	Análise dos resultados obtidos.....	38
4.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	40
	REFERÊNCIAS.....	44
	ANEXOS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Capítulo inicial desta pesquisa mostra as considerações iniciais da mesma, tema e problema, objetivos geral e específicos, a justificativa, a metodologia em que está organizada, a limitação e a organização dos demais capítulos.

1.1 Considerações iniciais

A Contabilidade tem como função primordial registrar, relatar as mutações ocorridas no patrimônio da entidade e os seus efeitos. Na conceituação de Iudícibus et al. (1998, p. 21):

A Contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidades de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia, etc., tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale e dizer muito amplo.

O registro desses fenômenos são feitos por meio de relatórios, planilhas e demonstrativos, de maneira qualitativa e quantitativa. Esse sistema de informações produzidos pela contabilidade, segundo Anthony (1960 apud IUDÍCIBUS et al, 1998) possuem duas finalidades, controle e planejamento.

O processo de controle certifica se a empresa está obedecendo aos planos e determinações emanados pela alta administração. O controle, realizado através da informações contábeis, é efetuado como um meio de comunicação, motivação, e verificação.

O processo de planejamento decide qual curso de ação a empresa deverá tomar para futuro. Relacionando as informações contábeis com os processo orçamentários é de grande utilidade para a empresa.

A Ciência Contábil fornece informações aos seus usuários de acordo com os setores em que atuam. Sócios e Acionistas para avaliar a rentabilidade e segurança dos seus investimentos. Instituições Financeiras para a avaliação de crédito. O Governo para a fiscalização de pagamento se tributos. Por último têm Administradores, Diretores e Executivos das empresas dos mais variados portes.

De acordo com Thomé (2001), empresas de médio e pequeno porte que terceirizam sua contabilidade, aqui no Brasil, utilizam tal serviço, na maioria das vezes, apenas para apuração de impostos, realização de folha de pagamento, retiradas de pró-labore, controle de férias, cadastro em bancos e órgãos públicos e outros.

O contador tem como função apenas de atender às exigências determinadas pelo governo, cumprindo prazos estipulados pela legislação.

Seu principal papel, que é de apurar resultados econômico-financeiros, mensurar a evolução patrimonial das entidades, desenvolver a análise dessas informações provavelmente não são utilizadas pelos usuários finais.

A não utilização das informações necessárias à gestão da empresa causa, no futuro, problemas no setor financeiro. O gestor mantém foco somente na gestão tributária, porém não leva em conta que precisa de caixa para cumprir suas obrigações com o fisco, o desequilíbrio no setor financeiro causa um verdadeiro efeito “bola-de-neve”. Este efetua empréstimos para sanar suas dívidas, porém com falta da administração financeira tem que refinar seu empréstimo entrando numa verdadeira ciranda financeira.

Esse empresário precisa de orientação necessária para ter consciência da real necessidade do sistema de informações oferecidos pela contabilidade, da real contribuição das ciências contábeis para o gerenciamento de seu negócio, para avaliar o desempenho das atividades da sua empresa em relação ao mercado.

A contabilidade tem como ferramentas eficientes demonstrações que evidenciam a situação econômica e financeiras das empresas. A Demonstração do Resultado do Exercício oferece ao usuário toda a informação sobre o ciclo operacional da empresa.

A situação econômica, lucro ou prejuízo, nem sempre condiz com a situação financeira das entidades. Este trabalho tem como objetivo conciliar tais situações.

1.2 Tema e problema

O tema deste trabalho aborda o processo de gestão de caixa nas empresas.

Citam-se dois fatores que mostram a importância deste assunto: o primeiro, estimular e auxiliar os pequenos e médios empresários em utilizar as informações contábeis, prática encontrada em maior proporção nas empresas de grande porte. As informações geradas pela contabilidade, são importantes também para as empresas de pequeno e médio porte, o gestor desse tipo de empresa precisa ter consciência que sua empresa também executa, basicamente, as operações de uma empresa de grande porte, numa menor escala, e

que precisa de planejamento orçamentário, tributário, orientação quanto ao plano de negócios, etc; segundo fator, interpretar com maior eficiência os resultados econômicos e financeiros apresentados por empresas, para apoio às decisões estratégicas (de longo prazo), táticas (de médio prazo) e operacionais (de curto prazo), assim tem-se uma visão mais completa da situação da empresa. A gestão de caixa é o “termômetro” da empresa. Uma gestão bem efetuada mantém a empresa saudável.

Diante do exposto acima surge o problema desta pesquisa, que visa responder ao seguinte questionamento: *De que maneira o gestor, tendo como base, as informações contábeis, pode efetuar a conciliação econômico- financeira em uma empresa do comércio varejista de combustíveis?*

1.3 Objetivos

Para dar resposta ao problema acima apresentado, definem-se os objetivos, geral e específico, desta pesquisa.

1.3.1 Objetivo geral

O Objetivo Geral deste trabalho consiste em demonstrar como a conciliação econômico-financeira é essencial para a gestão financeira.

1.3.2 Objetivos específicos

Para atender o Objetivo Geral, foram determinados os seguintes Objetivos Específicos:

- a) Apresentar os procedimentos de administração do caixa da empresa;
- b) Apresentar a importância da conciliação econômico-financeira através dos dados colhidos na DRE e no caixa da empresa;
- c) Comparar as decisões tomadas pelos gestores com as destinações dos recursos do caixa determinados pelo modelo de saldo mínimo de caixa;
- d) Avaliar as conciliações econômicas econômico-financeiras realizadas na entidade à luz dos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

1.4 Justificativa

O desenvolvimento deste trabalho justifica-se pela relevância do assunto bem como pela oportunidade de aprofundar os conhecimentos teóricos e correlacioná-los com a prática. Além disso, a importância do setor para a economia nacional, num país onde o transporte rodoviário é predominante e responsável por praticamente todo o escoamento da produção. Toda essa estrutura proporciona um alto giro de capital, onde a produção de caixa é considerável.

Observam-se três subgrupos organizados neste setor; o primeiro subgrupo formado por empresas que possuem um único posto; o segundo, formado por empresas com redes de postos e o terceiro subgrupo de empresas de grande porte que atuam em diversos setores da economia onde uma de suas atividades é o de posto de combustível. Este trabalho concentra-se no primeiro subgrupo, onde geralmente não existe nenhum tipo de controle gerencial.

O pesquisador reúne toda uma série de informações e conceitos adquiridos durante o curso de graduação em Ciências Contábeis e aplicá-los em sua área de atuação, pois, tem como aspecto facilitador, a experiência adquirida sobre o funcionamento da estrutura de serviços apresentadas a seguir.

Este assunto é oportuno e relevante no aspecto de tornar tal rotina de obtenção de dados e conciliação de informações um procedimento indispensável em empresas de pequeno e médio porte também, que na prática ainda não é adotado. Mostrar ao pequeno e médio empresário que sua empresa também precisa dos demonstrativos contábeis para verificar a situação real da sua empresa.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004) revela que a taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas com dois anos de existência é de 49,4%; para empresas com três anos de existência a taxa é de 56,4% e para empresas com quatro anos de existência o percentual chega aos 59,9%. Entre as principais causas apuradas pela pesquisa para a mortalidade das micro e pequenas empresas, 42% dos empresários participantes responderam que são por falhas gerenciais, a falta de capital de giro decorrente do descontrole do fluxo de caixa. Outra causa, também citada, é a carga tributária imposta sobre as empresas.

Dentre as ações da entidade, para reduzir essas taxas de mortalidade, estão em oferecer, principalmente, aprimoramento contábil, programas de capacitação ao empresário no sentido de formular planos de negócios e gestão empresarial das micro e pequenas empresas.

Exame (2006) apresenta sete erros cometidos por pequenas e médias empresas no seu processo de gerenciamento, que pode levar a empresa a ficar “doente” financeiramente. O primeiro erro apresentado foi a falta de controle do fluxo de caixa. A falta de equilíbrio entre as entradas e saídas de dinheiro faz a empresa mergulhar num verdadeiro caos.

1.5 Metodologia da pesquisa

As tipologias de pesquisa aplicadas às Ciências Contábeis, de acordo com Beuren (2004), são agrupadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos e pesquisa quanto à abordagem do problema.

Para a construção de um raciocínio lógico e conclusivo com os dados coletados para a pesquisa, utilizam-se instrumentos de pesquisa que melhor se enquadram para obtenção de seu objetivo.

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, caracteriza-se por ser descritiva. De acordo com Gil (1999 apud BEUREN, 2004) explica que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Realizando uma analogia, de acordo com Andrade (2002 apud BEUREN, 2004) destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. Esta pesquisa vai descrever tema relacionado à gestão financeira de empresa de pequeno porte.

Entre as tipologias de pesquisa quanto aos procedimentos, Beuren (2004, p. 83) explica que “referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtém os dados”; partindo desta premissa, esta pesquisa adota o estudo de caso de uma empresa com atividade de postos de combustíveis.

Este tipo de pesquisa, de acordo com Beuren (2004, p. 84) “caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”.

Em relação à abordagem do problema, esta é uma pesquisa do tipo quantitativa. Richardson (1999, p. 70 apud BEUREN, 2004, p. 92) explica que a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de

informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.” Assim sendo, modelos de administração de caixa serão apresentados para quantificar os resultados desejados.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, Beuren (2004, p. 128) define “são entendidos como preceitos ou processos que o cientista deve utilizar para direcionar, de forma lógica e sistemática, o processo de coleta, análise e interpretação dos dados”, esta pesquisa utiliza pesquisa bibliográfica como fonte.

As pesquisas bibliográficas, cita Beuren (2004, p. 135) “utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tema estudado”. Neste caso, têm-se livros, periódicos, dissertações, monografias, teses, etc.

Este tipo de instrumento, tem como característica, explica Marconi e Lakatos (2002 apud BEUREN, 2004) possibilitar não só resolver problemas já conhecidos mas também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram o suficiente.

1.6 Limitação da Pesquisa

Esta pesquisa limita-se às empresas do comércio varejista, que tem como atividade principal o comércio de combustíveis, sem nenhuma outra atividade secundária, de pequeno porte, não pertencente a grandes grupos empresariais.

1.7 Estrutura do trabalho

Além desta seção que contempla: considerações iniciais do trabalho, o tema e problema, os objetivos da pesquisa, justificativa e a metodologia utilizada; este estudo é composto por mais três capítulos, a saber:

- ✓ Capítulo 2: aborda da fundamentação teórica do estudo destacando os principais conceitos necessários para desenvolvimento do trabalho;
- ✓ Capítulo 3: apresenta do estudo de caso aplicado à empresa, utilizando o método escolhido;
- ✓ Capítulo 4: contempla os resultados obtidos na pesquisa, bem como algumas recomendações para trabalhos futuros e é seguido das referências utilizadas para o desenvolvimento da mesma.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste Capítulo encontra-se todo o embasamento teórico necessário à realização do estudo proposto nesta pesquisa.

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, será feita toda a abordagem na teoria necessária para desenvolver o tema proposto, responder à pergunta formulada e atingir os objetivos delineados nesta pesquisa, sendo eles: (a) usuários da informação contábil; (b) princípios fundamentais de contabilidade; (c) demonstrações contábeis; (d) administração do caixa; (e) entidades mercantis.

2.2 Usuários da informação contábil

Entre os vários usuários citados por Iudicibus et. al (1998), estão os Sócios, Administradores, Acionistas e Proprietários de Quotas de Maneira Geral. Ainda cita que muitas vezes, estão afastados da direção da empresa, por isso, precisam de tal conjunto de informações para responder questionamentos, como por exemplo, qual taxa de lucratividade proporcionada pelo seu investimento ou se a empresa continua a oferecer perspectivas de rentabilidade e segurança para seu investimento.

Os usuários que estão intimamente ligados à direção da empresa, neste caso, os administradores, utilizam tais informações para análise e gerenciamento das atividades de suas empresas. O administrador inteligente, sabe que, com os relatórios contábeis, tem em suas mãos um poderoso conjunto de informações que o auxilia na tomada de decisão segura para o seu negócio.

2.3 Princípios Fundamentais de Contabilidade

A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão. Segundo o CFC (2003, p. 25, 26):

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem,

pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades.

Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade:

- I) o da ENTIDADE;
- II) o da CONTINUIDADE;
- III) o da OPORTUNIDADE;
- IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;
- VI) o da COMPETÊNCIA e
- VII) o da PRUDÊNCIA

A conciliação econômico-financeira envolve os Princípios da Continuidade, Competência, Oportunidade e Prudência.

2.3.1 Princípio da continuidade

O Princípio da Continuidade, CFC (2003), afirma que a composição do patrimônio, tanto quantitativa quanto qualitativa, depende de ações desenvolvidas pelos gestores durante seu processo operacional. Tais ações devem ser coordenadas de modo a dar o maior tempo de vida à entidade. A resolução é muito clara no seguinte trecho, CFC (2003, p. 40):

- c) problemas internos das próprias Entidades, consubstanciados em envelhecimento tecnológico dos seus processos ou produtos, superação mercadológica destes, exigência de proteção ambiental, falta de capital, falta de liquidez, incapacidade administrativa, dissensões entre os controladores da Entidade e outras causas quaisquer que levem a Entidade a perder suas condições de competitividade, sendo gradativamente alijada do mercado;

2.3.2 Princípio da competência

O Princípio da Competência é claro ao dizer que receitas e despesas devem ser reconhecidas no momento de sua efetivação, independentemente do seu recebimento (ingresso ao caixa) ou pagamento (saída do caixa). Relacionando com a pesquisa, obtêm-se o seguinte trecho da resolução, CFC (2003, p. 49):

Observa-se que o Princípio da Competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas geradas e das despesas incorridas no período. Mesmo com desvinculação temporal das receitas e despesas, respectivamente do recebimento e do desembolso, a longo prazo ocorre a equalização entre os valores do resultado contábil e o fluxo de caixa derivado das receitas e despesas, em razão dos princípios referentes à avaliação dos componentes patrimoniais.

2.3.3 Princípio da oportunidade

O Princípio da Oportunidade traz o cuidado que deve-se ter, ao realizar os registros contábeis. Informa que tais registros devem ser feitos em tempo hábil, completos e classificados qualitativamente e quantitativamente corretos. Esses registros devem evidenciar a situação real da entidade, a representação fiel das transações e eventos realizados.

2.3.4 Princípio da prudência

O Princípio da Prudência determina a adoção de variações patrimoniais negativas, ou seja, valores menores para o ativo e maiores para o passivo, quando for possível obter alternativas para a quantificação dessas variações. O aspecto da incerteza do grau de variação dos elementos patrimoniais reforça ainda mais a aplicação do Princípio da Prudência.

2.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício, juntamente com o Balanço Patrimonial mostra sucintamente todas as operações realizadas pela empresa em determinado período de tempo. Nas palavras de Iudícibus et. al (1998, p. 145 e 146):

A Contabilidade, com os dois relatórios, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, um completando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial e econômico-financeira da empresa. Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa tem condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões em ordem patrimonial e econômico-financeira, traçar novos rumos para futuras transações e para tanto, é só praticar adequada técnica de Análise e Interpretação de Balanços e outros processos fornecidos pela contabilidade.

A DRE é organizada de forma vertical, ou seja, é realizado o confronto de receitas *versus* despesas, ao final temos o resultado, lucro ou prejuízo. A seguir mostra-se a estrutura de DRE com seus elementos.

2.4.1 Receita de vendas de produtos

A receita de venda de produtos, explica Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000), p. 295), deve ser contabilizada pelo seu valor bruto e os abatimentos (impostos, devoluções),

devem ser registrados em contas devedoras específicas que são classificadas como contas redutoras de vendas.

2.4.2 Custo dos Produtos Vendidos

A apuração do Custo dos Produtos Vendidos está diretamente ligado com o estoque da empresa. A conta de Custos representa a contrapartida da conta de estoques quando há baixa de estoque em decorrência de venda de mercadorias. A fórmula simplificada de sua apuração é a seguinte:

$$CPV = EI + C - EF$$

onde:

CPV: Custo do Produto Vendido

EI: Estoque Inicial

C: Compras de Mercadorias ou Entradas de Produtos no período

EF: Estoque Final de Produtos

Também existe a apuração de estoques de forma permanente através de fichas de estoque.

No caso de empresa comercial, as Entradas referem-se à compra de mercadorias para revenda.

2.4.3 Despesas Operacionais

As despesas operacionais são decorrentes das atividades efetuadas pela empresa como vender produtos, administrar a empresa. Também estão incluídos os resultados financeiros líquidos e o resultado não-operacional.

2.4.3.1 Despesas de Vendas

As despesas de vendas, de acordo com Iudícibus, Martins e Gelbecke (2000) são gastos decorrentes da comercialização e distribuição dos produtos e os riscos assumidos pela venda, constam desta categoria despesas com o pessoal da área de vendas, marketing, distribuição, pessoal administrativo interno de vendas, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, gastos estimados com garantia de produtos vendidos, etc...

2.4.3.2 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas representam os gastos efetuados para gestão da empresa. Por ser um grupo grande de contas, apresenta subdivisões:

- a) Despesas com Pessoal: inclui Salários e Ordenados, Gratificações, Férias, Décimo - terceiro Salário, INSS, FGTS, Indenizações, Assistência Médica e Social, Seguros;
- b) Comissões de Vendas;
- c) Depreciações e Amortizações;
- d) Utilidades e Serviços: Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefone, Correios, Transporte de Pessoal e Outras;
- e) Despesas Gerais: Material de Escritório, Viagens, Material de Higiene e Limpeza, Refeições, Jornais e Revistas, Emolumentos, Serviços Profissionais Contratados;
- f) Impostos e Taxas: IPTU, IPVA, Contribuições Sindicais;
- g) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa;

2.4.3.3 Outras Receitas e Despesas Operacionais

Neste grupo estão presentes as Participações nos Resultados de Coligadas e Controladas pelo Método da Equivalência Patrimonial, Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos e Amortização de Ágio ou Deságio de Investimentos.

2.4.3.4 Encargos financeiros Líquidos

Neste grupo estão incluídas as receitas e despesas decorrentes de aplicações financeiras e resultado do uso de capital de terceiros. São eles: juros, descontos e atualização monetária prefixada, variação cambial.

2.4.4 Resultados Não Operacionais

Os Resultados Não Operacionais englobam os ganhos e perdas de capital. Tais situações ocorrem em alienações e realizações de investimentos. Também podem ocorrer em alienações do imobilizado e na baixa de ativos diferidos.

2.4.5 Contribuição Social

Os valores registrados nessa conta representam a obrigação da empresa referente à Contribuição Social, criada pela Lei nº 7.689 de 15/12/1988. Para empresas comerciais optantes pelo lucro presumido, a base de cálculo será 12% (doze por cento) da receita bruta (receita de venda de produtos) e a alíquota para cálculo do imposto é de 9% (nove por cento). Tais alíquotas são aplicadas para empresas que tem como atividade comércio de combustíveis. Elas variam de acordo com o tipo de atividade.

2.4.6 Provisão Para o IR

De acordo com a Lei nº 3.000 de 26/03/1999 as empresas comerciais optantes pelo lucro presumido efetuam o pagamento do IR de forma trimestral. A base de cálculo é de 1,60% (um vírgula sessenta por cento) e a alíquota para cálculo do imposto é de 15% (quinze por cento). Tais alíquotas são aplicadas para empresas que tem como atividade comércio de combustíveis. Elas variam de acordo com o tipo de atividade.

2.4.7 Resultado Líquido do Exercício

Após o confronto de Receitas versus Despesas e a apuração dos impostos e contribuições obrigatórias têm-se o Resultado Líquido do Exercício (Lucro ou Prejuízo).

2.5 Administração do caixa

O Caixa das empresas, ou disponibilidades, tem como principal característica a liquidez imediata. São valores mantidos em tesouraria ou depositados em conta corrente nos bancos.

O movimento do caixa é administrado de maneira diária, informando as entradas e saídas. O fechamento é feito utilizando o saldo do dia anterior e feito o transporte do saldo atual para o próximo movimento, ou seja, o dia seguinte.

A gestão do caixa, de acordo com Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p.334):

[...] é a atividade de tesouraria da empresa que acompanha os reflexos das políticas de investimentos, de crédito, de compras e de estoques. O gestor do caixa participa das definições dessas políticas orientando-as para que não ofereçam problemas de

liquidez na empresa. O gestor do caixa ou o cash manager mantém atenção especial na forma como os fluxos de entrada e saída de caixa são estabelecidos, lembrando sempre que diversas áreas e regiões, onde a empresa opera, são agentes que dão origem às entradas e saídas de caixa.

De acordo com Keynes, apud Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) as empresas possuem caixa ou quase caixa como meio de troca ou para armazenar riqueza. O meio de troca é estimulado por necessidades negociais ou transacionais e por motivo de precaução. A motivação para preservar riqueza vem por meio da especulação.

As necessidades negociais ou transacionais são aquelas relacionadas com a atividade operacional da empresa. São os recebimentos e os pagamentos decorrentes as suas atividades. Lembrando da condição primordial de equilíbrio, do caixa, ou seja, sincronizar entradas e saídas de caixa para manter a condição financeira da empresa em níveis seguros.

Recursos de caixa são utilizados também para atender necessidades emergenciais ou inesperados de desembolsos. Manter a empresa em situação positiva de caixa aumenta a confiança das instituições financeiras, no sentido de obtenção de empréstimos.

O motivo de especulação se dá através de dois extremos, para aproveitamento de possibilidades de ganho que o mercado possa oferecer para empresas que disponham de recursos financeiros imediatos e para possibilidades de perdas decorrentes de variações de políticas econômicas.

2.5.1 Técnicas de administração do caixa

Administrar o caixa é obter melhor aproveitamento dos *floats* – prazos de compensação de recebimentos e pagamentos. Técnicas para administração desses recursos, de acordo com Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) são:

- ✓ Redução do tempo de compensação da cobrança – disponibilizar imediatamente o recurso financeiro após o pagamento efetuado pelo cliente através de ações como depósito imediato em conta corrente se o pagamento for efetuado com cheque e acompanhamento permanente dos lançamentos se for efetuado através de cobrança via rede bancária.
- ✓ Ampliação do tempo de pagamento ou *float* de pagamento – adiar os pagamentos visam equilibrar o cumprimento dos compromissos financeiros e as entradas de recursos de caixa.
- ✓ Redução dos prazos do processamento administrativo – reduzir a burocracia que disponibiliza o recurso financeiro ao gestor de caixa.
- ✓ A aceleração da cobrança de valores a receber – disponibilizar aos clientes inúmeras formas de pagamento para que os mesmos ocorram nos respectivos vencimentos.

- ✓ Uso dos meios eletrônicos – utilizar os serviços eletrônicos de recebimentos disponibilizados pelo sistema bancário e encontrar formas de reduzir os custos envolvidos nessas operações.
- ✓ As melhores formas de cobrança – buscar maximizar as cobranças de acordo com as particularidades da empresa, seu ramos de atividades e o perfil de seus clientes.
- ✓ Ajustamento conveniente dos vencimentos – ajustar os recebimentos antes do período das saídas de caixa, equilibrando o giro da empresa.

A partir de maio de 2002 o Banco Central do Brasil implantou o Sistema de Pagamentos Brasileiros, em meio eletrônico, que reduz os *floats*, pois os pagamentos e recebimentos ocorrem em tempo real. Nesse sistema os pagamentos efetuados com cheques perdem relevância, porém, aqueles efetuados por meio de cartões de débito e crédito e transferência eletrônica ganham destaque.

2.5.2 Saldos Mínimos

Manter saldos mínimos de caixa são essenciais para a manutenção da empresa durante seu processo operacional. Manter esse tipo de gestão possibilita um bom nível de liquidez e permite que a empresa cumpra seus compromissos financeiros.

Modelos matemáticos de saldos mínimos de caixa foram desenvolvidos levando em consideração o percentual da projeção de vendas do período ou modelos quantitativos como os de Baumol e de Miller-Orr.

O modelo de Baumol, desenvolvido em 1952, citado por Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p. 335):

[...] considera os custos de manutenção dos saldos de caixa, por meio da determinação do valor econômico de conversão dos títulos negociáveis em caixa, para equilibrar os valores existentes em caixa e os títulos negociáveis. Considera que as entradas e saídas de caixa são fixas e previsíveis, de forma que as necessidades de caixa podem ser previstas com certeza.

Os custos totais de caixa são formados pelos custos de manutenção de caixa mais os custos de conversão:

Custos de Manutenção = saldo médio de caixa X custo de oportunidade;

Custos de Conversão = número de conversões X custo por conversão;

Custos Totais = custos de manutenção + custos de conversão.

O VEC: Valor Econômico de Conversão; representa o montante de recursos destinados à aquisição de títulos negociáveis, caso haja sobra de caixa. No caso da não existência de títulos negociáveis, de propriedade da empresa, disponíveis para venda, o VEC deve ser calculado tomando por base os custos de contratação de empréstimos de curto prazo.

O modelo de Miller-Orrl, desenvolvido em 1966, segundo Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p. 335 e 336):

[...] considerado mais adequado aos ambientes de maior dificuldade nas projeções dos fluxos de caixa. Parte da definição de um limite superior de saldo de caixa, que pode variar entre zero e o limite superior.

O limite superior do saldo de caixa é equivalente a três vezes o ponto de retorno. Sempre que o saldo de caixa chega ao limite superior é feita a conversão em títulos negociáveis de um valor igual ao limite superior menos o valor do ponto de retorno, ou seja:

Conversão de caixa em títulos negociáveis = limite superior – ponto de retorno.

Quando o saldo de caixa é igual a zero, o valor dos títulos negociáveis convertidos em caixa é igual ao valor do ponto de retorno:

Conversão de títulos negociáveis em caixa = ponto de retorno – saldo zero de caixa.

Outra técnica utilizada para saldos mínimos é o cálculo médio das despesas mensais da empresa, tem como fonte de dados as Demonstrações Contábeis, mais especificamente a Demonstração do Resultado do Exercício. Somam-se todos os custos e despesas, excluindo a despesa com depreciação, pois não resulta em saída de caixa. O valor médio mensal das despesas passa a ser considerado como saldo mínimo de caixa para o período subsequente, assim todo o excesso de caixa, se houver, presente no Balanço Patrimonial terá suas devidas destinações, como por exemplo, dividendos devidos aos sócios e aplicações financeiras.

Em tempo, pelo fato de que a despesa com depreciação não resultar em saída de caixa, o gestor do caixa deveria destinar parte do excedente de caixa para criar um fundo de reserva para renovação do imobilizado da empresa, o montante desse fundo deveria corresponder no mínimo ao valor lançado na despesa com depreciação constante na Demonstração do Resultado de Exercício.

Para a determinação de saldos mínimos de caixa, alguns fatores devem ser considerados. Num total, vinte fatores, de acordo com Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) precisam ser analisados:

- ✓ Peculiaridades de cada setor de atividade – dependendo do setor as vendas são efetuadas à vista ou somente à prazo.
- ✓ Previsibilidade das entradas e saídas de caixa – realizar um orçamento de caixa para avaliar o giro de caixa que a empresa produz.
- ✓ Exigências de reciprocidade bancária – avaliar quais serviços oferecidos pelos bancos como, por exemplo, serviços de cobrança através de títulos, o gestor do caixa deve avaliar o como operacionalizar tal serviço com o menor custo e a maior eficácia.
- ✓ Capacidade de captar recursos, próprios ou de terceiros – administrar bem o caixa proporciona à empresa estabilidade financeira, isso tem reflexo no nível de confiança de instituições financeiras, no sentido de oferecer menores riscos na captação de recursos emergenciais.
- ✓ Estratégias básicas para redução do ciclo de caixa da empresa – os saldos mínimos de caixa são reduzidos em decorrência da diminuição em aplicações no Ativo Circulante da empresa.

- ✓ Retardar os pagamentos de valor a pagar – negociar os prazos para pagamento com fornecedores no momento da compra para manter ao máximo a condição de crédito da empresa.
- ✓ Aproveitar os descontos favoráveis – aproveitar tais descontos reduz o ciclo de caixa da empresa.
- ✓ Acelerar o giro de estoques – estoques são aplicações de recursos diretamente relacionada com a parte operacional da empresa, assim necessitam de alto giro para financiar o ciclo operacional da empresa.
- ✓ Aumentar o giro de matérias-primas – evitar gastos com estocagem por um período muito longo, ou seja, utilizar de forma racional os estoques reduz o ciclo de caixa da empresa.
- ✓ Diminuir o ciclo de produção – estoques de produtos em fabricação demandam investimentos, como mão-de-obra, encargos sociais e impostos, reduzi-lo minimiza saídas de caixa.
- ✓ Aumentar o giro de produtos acabados – obter perfeita coordenação entre áreas de vendas, produção e gerenciamento de estoques.
- ✓ Acelerar o recebimento de valores a receber – oferecer crédito é importante para impulsionar as vendas, porém exige recursos financeiros para financiá-la. Acelerar o recebimento desses valores é fundamental e exige ações como rígido processo de cobrança, oferecimento de descontos favoráveis e parceria com instituições financeiras.

Existem fatores internos e externos na determinação dos saldos mínimos de caixa. O gestor financeiro deve levantar uma série de informações, tanto fora da empresa, como serviços oferecidos por instituições bancárias e comportamento de mercado em que a empresa está inserida, como também aspectos internos como política de estoques e ciclo de produção.

2.6 Empresas mercantis

Abordam-se aqui os conceitos do tipo de empresa em estudo nesta pesquisa.

Empresas mercantis, segundo Iudícibus e Marion (2004) comercializam bens de consumo destinados diretamente ao consumidor. Bens de consumo intermediário são destinados a certas indústrias de transformação. Há também, empresas com características mistas.

O setor de varejo de combustíveis é de essencial importância para a economia nacional pelas características do nosso sistema de transportes, que é predominantemente rodoviário.

De acordo com a ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a região metropolitana de Florianópolis, que compreende os municípios de Florianópolis, Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara, possuem 345 (trezentos e

quarenta e cinco) postos revendedores de combustíveis.

Comentários de Almeida (2006), do SINFREN – Sindicato dos Empregados em Postos de Vendas de Combustíveis e Derivados de Petróleo da Grande Florianópolis/SC, estas empresas empregam cerca de 3.200 (três mil e duzentos) trabalhadores, onde 80% são do sexo masculino e um crescente aumento da participação feminina. Pouquíssimas empresas possuem programas de qualificação de funcionários. Um grave problema apontado pelo Sindicato são os constantes assaltos ocorridos nos postos de combustíveis, que traz prejuízo para os empresários do setor, aos trabalhadores e à população que utiliza tal serviço.

As Sociedades Limitadas representam em torno de 90% (noventa por cento) das empresas brasileiras, será este tipo de empresa abordada neste estudo.

De acordo com a Lei 10.406 de 10/01/2002, o Novo Código Civil, define como empresário no art. 966: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

O empresário que deseja exercer atividade mercantil deve providenciar registro junto ao órgão competente. Aqui, em Santa Catarina, o registro é efetuado na JUCESC, Junta comercial do Estado de Santa Catarina. As Juntas Comerciais estão espalhadas por todo território nacional. Estão ligadas por órgão centralizador do governo federal, o DNRC com sede em Brasília/DF.

O registro de sociedade empresária ocorre com registro do Contrato Social na Junta Comercial, neste caso, registra-se como Sociedade Limitada, que tem como característica principal abordada no art. 1052 da Lei 10.406 de 10/01/2002: “Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”

A responsabilidade da empresa é ilimitada, porém seus sócios respondem pela mesma, com seu patrimônio particular, até o limite de suas cotas de participação. Caso um dos sócios não integralize totalmente sua participação, o(s) outro(s) sócio(s) são responsabilizados pelo processo.

3. ESTUDO DE CASO

Neste Capítulo é desenvolvido o estudo proposto com base na fundamentação teórica presente o Capítulo anterior.

3.1 Apresentação da empresa

A Empresa objeto de estudo, foi constituída em meados de 2001. É uma Sociedade Empresária Limitada. Atualmente possui três sócios. Está localizada na cidade de Biguaçu, região metropolitana de Florianópolis. Possui como atividade principal, CNAE 50.50-4-00, comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos, popularmente conhecido como posto de combustível. A bandeira utilizada é a da Texaco que está presente em mais de 4 mil postos de gasolina na Europa e no oeste da África e em aproximadamente 4.500 postos na América Latina, onde a marca lidera o mercado em vários países. O modelo de tributação adotado é o lucro presumido, e apesar disto, a empresa mantém escrituração contábil plena. Possui dezesseis funcionários trabalhando em escala.

3.2 Estrutura da DRE

A estrutura da DRE é típica de uma empresa comercial, onde a receita da empresa é proveniente, além da revenda de gasolina, álcool anidro e óleo diesel, também é proveniente também da revenda de óleo lubrificante, graxa e fluídos para radiador, freios e anti-ferrugem.

Logo após observa-se os abatimentos e deduções da receita proveniente do impostos incidentes sobre a receita.

O custo dos produtos vendidos são calculados de acordo com a revenda dos combustíveis e lubrificantes, a empresa, não possui, portanto um departamento de produção onde seriam alocados tais custos.

As despesas operacionais estão subdivididas em administrativas (pró-labore, encargos sociais, água, luz, telefone.....), vendas (salário funcionários, encargos sociais, propaganda) e financeira (juros sobre financiamento).

As receitas financeiras são decorrentes das aplicações financeiras efetuadas e de juros cobrados nas vendas.

Por fim, aparece a contribuição social sobre o lucro líquido e a provisão para o imposto de renda.

Na tabela 1 estão dispostas as DRE's dos anos de 2001 até 2005.

Tabela 1: Demonstração do Resultado do Exercício

	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA BRUTA		2.723.852,22	4.187.549,78	4.248.959,69	4.638.098,09
DEDUÇÕES E ABATIMENTOS DA RECEITA		18.033,35	23.600,84	25.062,95	29.909,36
RECEITA LÍQUIDA		2.705.818,87	4.163.948,94	4.223.896,74	4.608.188,73
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		2.778.640,71	3.367.394,32	3.543.782,27	3.873.315,69
LUCRO BRUTO		(72.821,84)	796.554,62	680.114,47	734.873,04
DESPESAS OPERACIONAIS	2.079,35	127.011,43	155.036,76	204.839,99	240.487,03
RESULTADO FINANCEIRO		(1.517,91)	(3.699,49)	(2.804,96)	6.578,96
RESULTADO OPERACIONAL	(2.079,35)	(201.351,18)	637.818,37	472.469,52	500.964,97
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS					
RESULTADO ANTES DA CSLL	(2.079,35)	(201.351,18)	637.818,37	472.469,52	500.964,97
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IR	(2.079,35)	(230.768,79)	592.592,84	426.580,75	450.873,51
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.079,35)	(238.030,01)	581.114,30	414.112,07	437.146,80

3.3 Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial da empresa em estudo também tem característica de empresa tipicamente comercial. Houve uma considerável evolução patrimonial entre os anos de 2001 à 2005. Os Ativos, que no ano de 2001 somavam R\$ 57.920,65 (cinquenta e sete mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), no ano de 2005 alcançaram o valor de R\$ 680.135,69 (seiscentos e oitenta mil , cento e trinta cinco reais e sessenta e nove centavos).

No ano de 2002, a empresa apresentou situação de passivo a descoberto, ou seja, suas obrigações eram maiores do que seus direitos. Os bens presentes no Ativo Permanente somaram valores bem inferiores se comparados à soma dos bens presentes no Ativo Circulante. Outra característica é o excelente nível de liquidez. Tal nível é decorrente da atividade comercial da empresa, o varejo de combustíveis, setor que proporciona grande capital de giro.

O Balanço Patrimonial da empresa nos últimos cinco exercícios, apresentaram as seguintes posições:

Tabela 2: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2001

(valores expressos em Reais)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	56.377,54	CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
PERMANENTE	1.714,57	PL	57.920,65
TOTAL DO ATIVO	57.920,65	TOTAL PASSIVO + P.L.	57.920,65

Tabela 3: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2002

(valores expressos em Reais)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	47.719,84	CIRCULANTE	235.941,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
PERMANENTE	8.283,33	PL	(179.937,90)
TOTAL DO ATIVO	56.003,17	TOTAL PASSIVO + P.L.	56.003,17

Tabela 4: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2003

(valores expressos em Reais)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	418.752,74	CIRCULANTE	26.446,81
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
PERMANENTE	8.870,47	PL	401.176,40
TOTAL DO ATIVO	427.623,21	TOTAL PASSIVO + P.L.	427.623,21

Tabela 5: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2004

(valores expressos em Reais)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	407.578,78	CIRCULANTE	31.362,10
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.008,80	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
PERMANENTE	10.062,99	PL	395.288,47
TOTAL DO ATIVO	426.650,57	TOTAL PASSIVO + P.L.	426.650,57

Tabela 6: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2005

(valores expressos em Reais)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	654.948,41	CIRCULANTE	87.700,42
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.769,86	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
PERMANENTE	12.417,42	PL	592.435,27
TOTAL DO ATIVO	680.135,69	TOTAL PASSIVO + P.L.	680.135,69

3.4 Aplicação técnica de saldos mínimos e destinação de recursos do caixa

A escolha da técnica de saldos mínimos de caixa que considera o cálculo médio das despesas mensais da empresa vem do fato de ser técnica de menor complexidade em relação às demais apresentadas, que utilizam cálculo estatístico de difícil compreensão. A técnica escolhida utiliza informações geradas pela contabilidade, de característica mais usual.

Através das informações recolhidas na Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial aplica-se a técnica de saldos mínimos e destinação dos recursos de caixa. O estudo será realizado ano a ano e os resultados apresentados em gráficos comparativos das ações tomadas pelos administradores da empresa e ações baseadas nos

resultados obtidos com a aplicação da técnica de saldos mínimos e as devidas destinações. Os gráficos com título “Situação 01” exibem a destinação dos recursos do caixa determinados pelos administradores da empresa, os gráficos com título “situação 02” exibem a destinação dos recursos do caixa determinados pela aplicação da técnica de saldos mínimos com as devidas destinações.

3.4.1 Ano de 2001

No ano de 2001 a empresa não teve atividade operacional, apenas despesas administrativas no mês de dezembro. Através das informações contidas nos relatórios contábeis, visualizam-se os seguintes resultados:

Tabela 7: Média mensal de despesas em 2001

Total Despesas do Período	1.907,89
() Despesa com Depreciação	(171,46)
Meses de Atividade	01
Média Mensal de Despesas	1.907,89

O resultado do exercício foi prejuízo. O saldo de caixa é proveniente dos valores de capital integralizados pelos sócios.

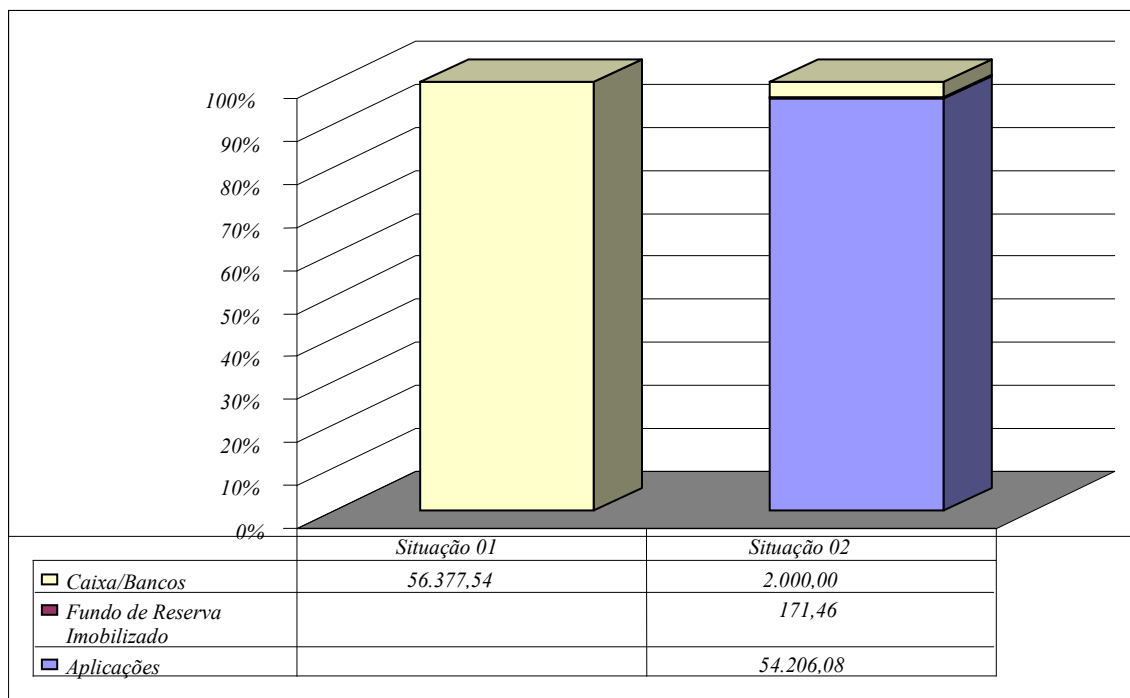


Gráfico 1 – Destinações ano 2001

O gráfico 1 mostra na situação 01 que os gestores da empresa não realizaram nenhum tipo de aplicação com os recursos de caixa, não houve portanto uma preocupação em maximizar tais recursos.

3.4.2 Ano de 2002

Primeiro ano de atividades da empresa. Novamente a empresa obteve resultado negativo com passivo a descoberto, assim não houve distribuição de dividendos. Para tentar sanar os problemas e empresa recorreu a empréstimos de sócios. Visualizando os relatórios contábeis obtêm-se os seguintes resultados:

Tabela 8: Média mensal de despesas em 2002

Total Despesas do Período	2.962.882,23
() Despesa com Depreciação	(347,21)
Meses de Atividade	12
Média Mensal de Despesas	246.877,92

Pelo total apresentado em despesas mensais médias, no valor de R\$ 246.877,92 (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), e a empresa para o ano de 2003, precisa recorrer a um empréstimo de no mínimo R\$ 240.758,08 (duzentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos) para manter um saldo mínimo de caixa e para o Fundo de Reserva para Renovação de Imobilizado.

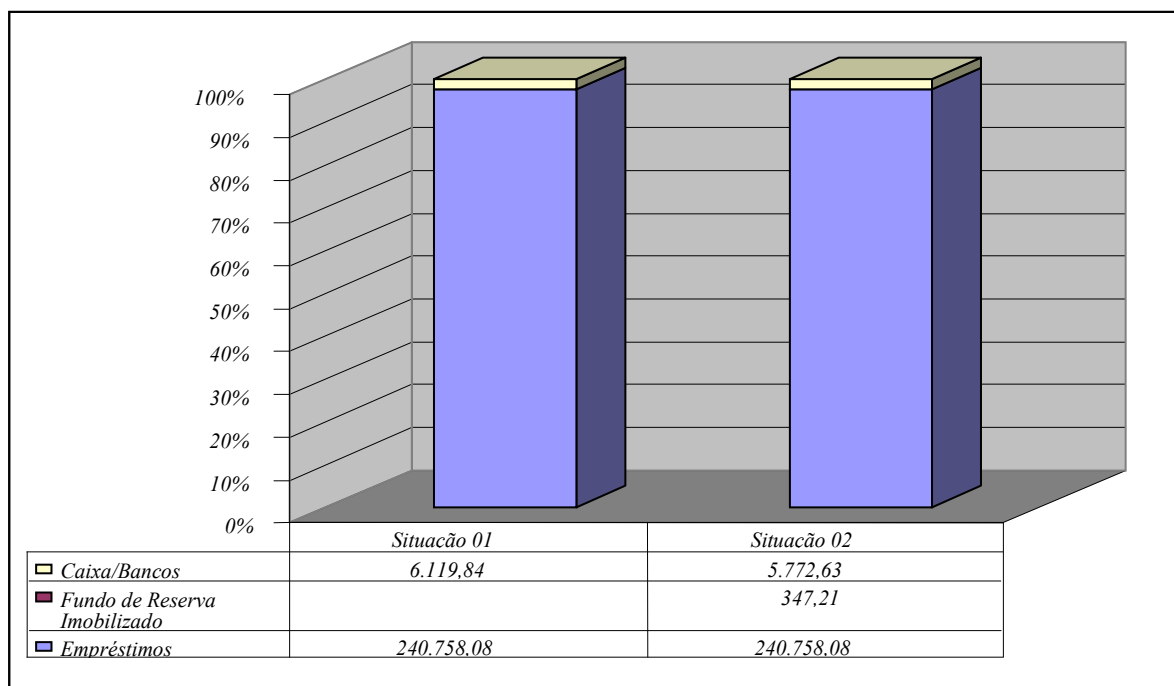


Gráfico 2 – Destinações ano 2002

O gráfico 2 mostra a delicada situação da empresa no ano de 2002 com a necessidade de captação de empréstimos, que representou quase 90% (noventa por cento) da composição de recursos financeiros da empresa.

3.4.3 Ano de 2003

Primeiro ano com resultado positivo para a empresa. Observando os relatórios contábeis, obtêm-se os seguintes resultados:

Tabela 9: Média mensal de despesas em 2003

Total Despesas do Período	3.606.435,48
() Despesa com Depreciação	(612,48)
Meses de Atividade	12
Média Mensal de Despesas	300.485,25

Analisando os relatórios verifica-se que a conta “clientes diversos” representa 72,12% do total do Ativo Circulante. A empresa deveria ajustar os valores a receber dos seus clientes para obter o saldo mínimo de caixa necessário para suas atividades diárias. Apesar do resultado positivo, a empresa não distribuiu dividendos.

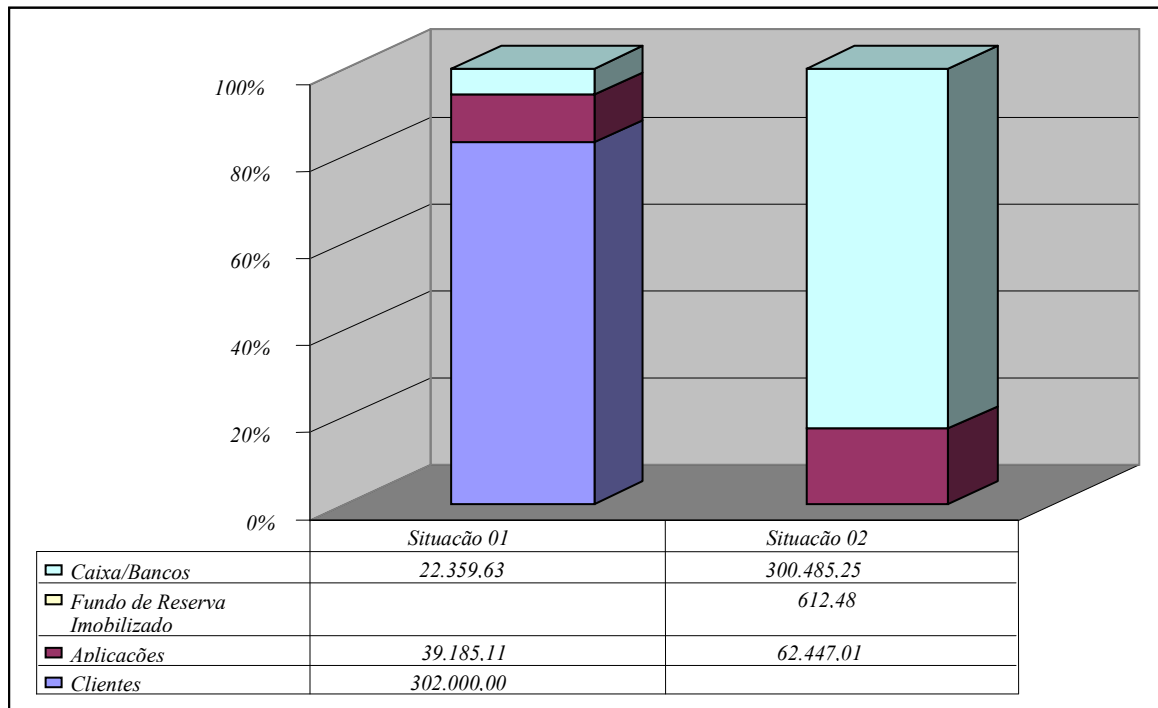


Gráfico 3 – Destinações ano 2003

O gráfico 3 mostra que os recursos da conta clientes transformados efetivamente em recursos financeiros, caixa, supriria todo o saldo mínimo para sua composição e parte direcionada para aplicações financeiras, visualizado na situação 02.

3.4.4 Ano de 2004

Ano com resultado positivo para a empresa, em que pela primeira vez, houve distribuição de dividendos aos sócios no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Para fins de legislação, o valor máximo de distribuição foi no valor de R\$ 9.625,91 (nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos). Na tabela 10 encontram-se os cálculos da determinação dos valores dos dividendos de acordo com a legislação.

Tabela 10: Cálculo dos valores de dividendos em 2004

Lucro Presumido	67.983,36
(-) Impostos	(58.357,45)
Total	9.625,91

Analisando os relatórios, têm-se os seguintes resultados:

Tabela 11: Média mensal de despesas em 2004

Total Despesas do Período	3.837.324,44
() Despesa com Depreciação	(607,48)
Meses de Atividade	12
Média Mensal de Despesas	319.726,41

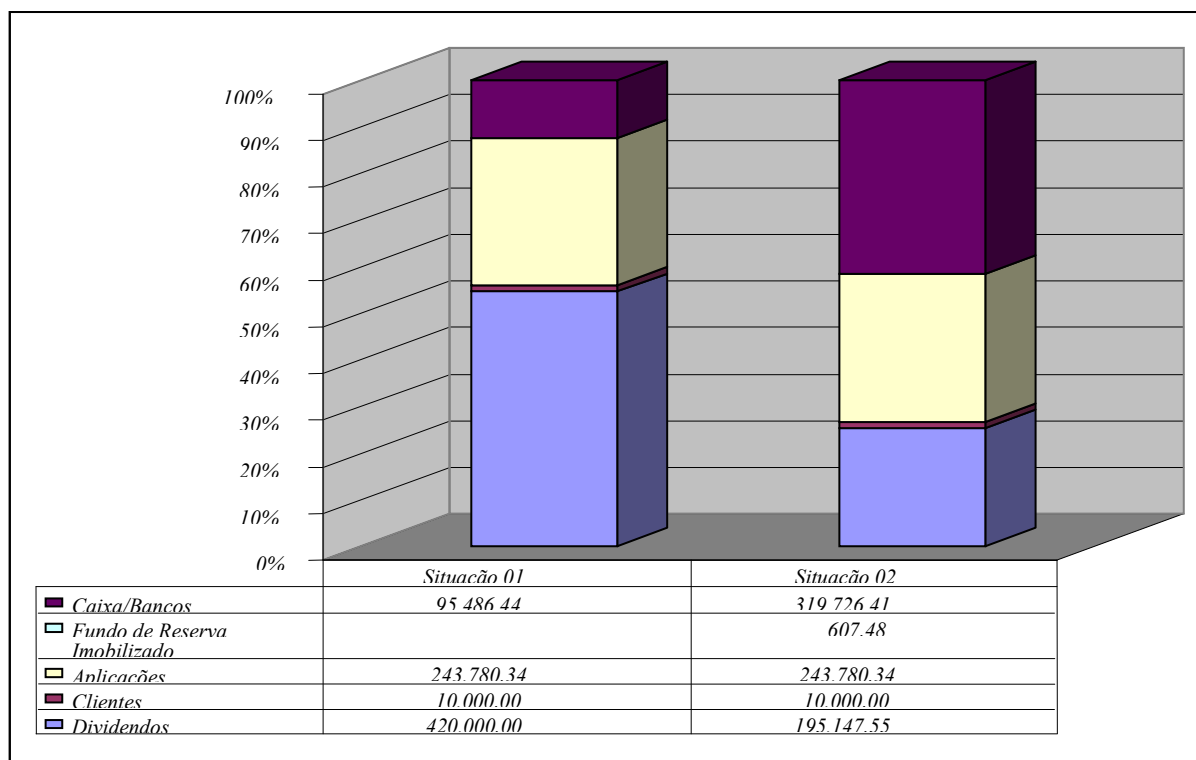


Gráfico 4 – Destinações ano 2004

Analisando o gráfico 4, observa-se que foram distribuídos dividendos excessivamente em relação ao permitido pela legislação, tal fato pode acarretar falta de recursos numa eventual emergência.

3.4.5 Ano de 2005

Este é o último ano para análise. Novamente a empresa obteve resultado positivo e realizou distribuição de dividendos na ordem de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Para fins de legislação, o valor máximo de distribuição foi no valor de R\$ 10.391,40 (dez mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta centavos). Houve, novamente, distribuição de dividendos em excesso, de acordo com o fisco. Na tabela 12 encontram-se os cálculos da

determinação dos valores dos dividendos de acordo com a legislação.

Tabela 12: Cálculo dos valores de dividendos em 2005

Lucro Presumido	74.209,57
(-) Impostos	(63.818,17)
Total	10.391,40

Com base nos relatórios contábeis, obtêm-se os seguintes resultados:

Tabela 13: Média mensal de despesas em 2005

Total Despesas do Período	3.837.324,44
() Despesa com Depreciação	(1.274,57)
Meses de Atividade	12
Média Mensal de Despesas	351.069,44

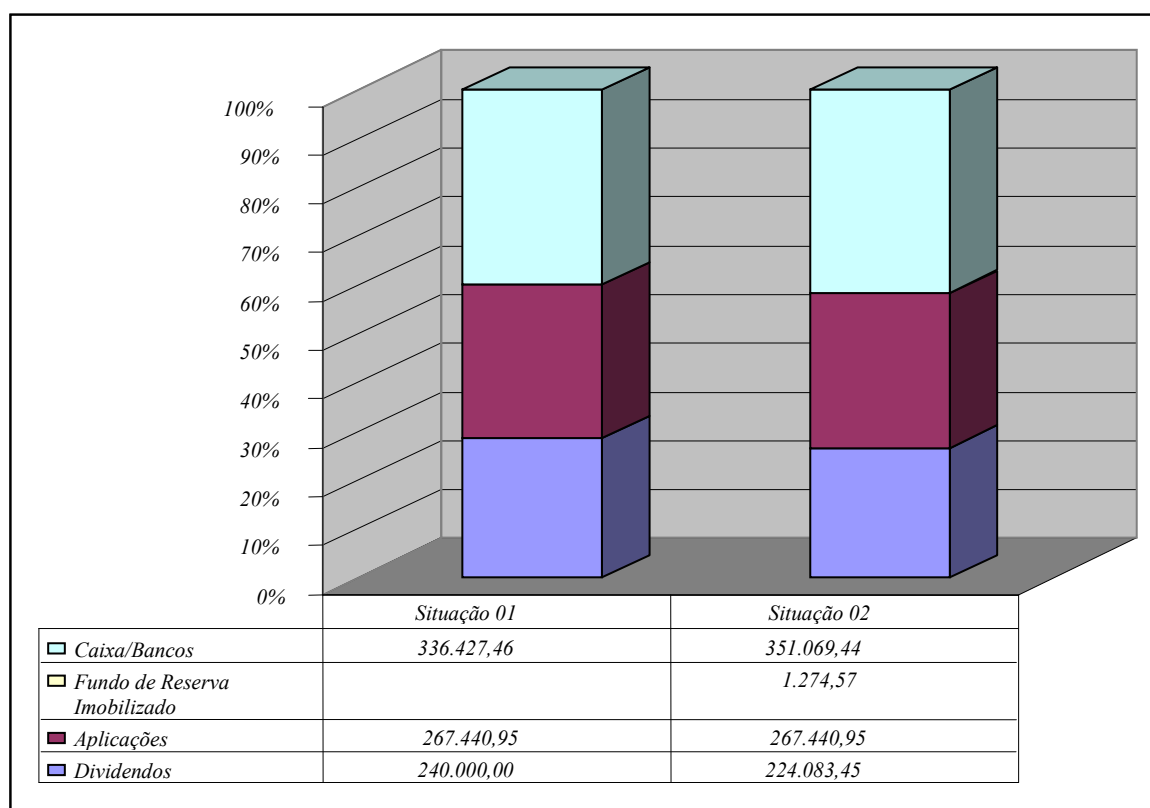


Gráfico 5 – Destinações ano 2005

O gráfico 5 mostra resultados semelhantes entre as destinações realizadas pelos gestores com o modelo de saldo mínimo de caixa proposto pelo autor.

3.5 Análise dos resultados obtidos

Após realizar o estudo aplicando o modelo de saldos mínimos de caixa, faz-se a seguinte análise, ano a ano.

No ano de 2001, foram deixados quase 90% dos recursos de caixa parados, sem nenhum tipo de aplicação.

Em 2002, além da situação de passivo a descoberto, foi verificado também a insuficiência de saldo de caixa.

Em 2003 ocorreu um aumento desproporcional em relação às vendas à prazo, na qual, a conta clientes, representou um percentual de 72,12% do Ativo Circulante, um desequilíbrio grande no caixa da empresa.

No ano de 2004 foram distribuídos mais que o dobro de dividendos se considerado o saldo mínimo de caixa. Isso explica a falta de capacidade de pagamento ocorrido na Empresa.

Somente no ano de 2005 os valores das destinações definidas pelos gestores da empresa comparando-se com os valores definidos pela aplicação dos saldos mínimos foram próximos, tanto para os saldos de caixa quanto para os dividendos distribuídos.

Em nenhum dos casos foi verificado o cuidado com a renovação ou com a apropriação de reserva do imobilizado da empresa. Formar um Fundo de Renovação de Imobilizado alivia o caixa da empresa no momento efetivo da sua renovação, pois reduz o pagamento de juros decorrentes de empréstimos quando necessários para essa renovação. Enquanto essa reserva poderia render juros de aplicações, porém essa reserva, normalmente, é utilizada exatamente para cobrir possíveis faltas de fundos.

No caso dos dividendos distribuídos, os sócios, detentores desse direito, devem ter muito bem esclarecidos os efeitos que uma distribuição excessiva de dividendos compromete a capacidade de pagamento da empresa. Esses sócios precisam entender que a empresa precisa constantemente de recursos para investimento, custos e despesas, seja em imobilizado, pessoal, insumos, etc. O Lucro Líquido das entidades são de direito dos sócios ou acionistas sim, mas ainda pertencem à entidade, e como tal, precisam ser respeitados, em primeiro lugar, os interesses da mesma.

Para efeito de comparação de resultados, a seguir encontram-se quadros e tabelas comparativas das destinações dos recursos de caixa realizados pelos gestores da empresa e pela aplicação do método de saldos mínimos de caixa.

Tabela 14 – Situação 01

Destinações/Anos	2001	2002	2003	2004	2005
Caixa/Bancos	56.377,54	6.119,84	22.359,63	95.486,44	336.427,46
Aplicações			39.185,11	243.780,34	267.440,95
Clientes			302.000,00	10.000,00	
Empréstimos		240.758,08			
Dividendos				420.000,00	240.000,00
Total	56.377,54	246.877,92	363.544,74	769.266,78	843.868,41

Em percentuais, essas destinações representam:

Tabela 15: Valores da “Situação 01” em percentuais

Destinações/Anos	2001	2002	2003	2004	2005
Caixa/Bancos	100%	2,48%	6,15%	12,41%	39,87%
Aplicações			10,78%	31,69%	31,69%
Clientes			83,07%	1,30%	
Empréstimos		97,52%			
Dividendos				54,60%	28,44%

Tabela 16 – Situação 02

Destinações/Anos	2001	2002	2003	2004	2005
Caixa/Bancos	2.000,00	5.772,63	300.485,25	319.726,41	351.069,44
Fundo de Reserva Imobilizado	171,46	347,21	612,48	607,48	1.274,57
Aplicações	54.206,48		62.447,01	243.780,34	267.440,95
Clientes				10.000,00	
Empréstimos		240.758,08			
Dividendos				195.147,55	224.083,45
Total	56.377,54	246.877,92	363.544,74	769.266,78	843.868,41

Em percentuais, essas destinações representam:

Tabela 17: Valores da “Situação 02” em percentuais

Destinações/Anos	2001	2002	2003	2004	2005
Caixa/Bancos	3,55%	2,34%	82,65%	41,52%	41,60%
Fundo de Reserva Imobilizado	0,30%	0,14%	0,17%	0,08%	0,15%
Aplicações	96,15%		17,18%	31,69%	31,69%
Clientes				1,30%	
Empréstimos		97,52%			
Dividendos				25,41%	26,56%

Ao observar os percentuais de distribuição na Situação 02, dos anos de 2004 e 2005, encontram-se valores muito próximos. Isso evidencia a formação de uma distribuição padrão de recursos do caixa.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar a importância da conciliação entre o resultado econômico com o resultado financeiro de empresas, utilizando as Demonstrações Contábeis, mais especificamente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício como fonte de informações e aplicando um modelo de administração do caixa. Através desse modelo, os recursos do caixa são utilizados de uma maneira mais eficaz e seus recursos destinados de modo racional.

Ao analisar os resultados obtidos com a aplicação dos modelos de saldos mínimos de caixa, observam-se grandes diferenças entre as decisões tomadas pelos gestores com os resultados do estudo.

A primeira conclusão, é que não é realizada uma gestão de caixa na empresa. Os gestores estão cometendo um grande erro em não controlar a saúde financeira da empresa, seu setor mais delicado. Manter a empresa com níveis de liquidez seguros proporciona facilidades em obtenção de crédito com taxas menores de juros.

Manter saldos mínimos de caixa reduz o custo de oportunidade de empresas, ao aplicar seu excedente proporcionando giro de recursos eficaz. Deixar excedente de caixa parado na empresa realmente não é um bom negócio, como foi exposto anteriormente os recursos de caixa estão voltados para aproveitamento de possibilidades de ganho que o mercado possa oferecer para empresas que disponham de recursos financeiros imediatos, aliado a isso, a evolução dos produtos financeiros oferecidos, permitem que as empresas possam trabalhar com níveis mínimos de caixa pela facilidade de conversão de títulos em caixa.

Levando-se em conta os Princípios Fundamentais de Contabilidade, todos os princípios relacionados com a conciliação econômico-financeira de empresas não foram cumpridos, os Princípios de Continuidade, Competência, Oportunidade e Prudência.

De acordo com o Princípio da Continuidade o fato de não realizar uma administração eficiente de caixa coloca em risco a continuidade da empresa, não manter a entidade com bons níveis de liquidez é extremamente arriscado.

Ao distribuir dividendos em excesso, fato que ocorreu em 2004, o princípio da competência não foi cumprido. Os gestores, provavelmente, não levaram em conta os lançamentos já provisionados, com data de pagamento para o próximo período.

Em relação ao Princípio da Oportunidade, o fato da despesa com depreciação não resultar em saída de caixa, seria oportuno os gestores redirecionarem uma parcela dos recursos de caixa para um fundo de reserva para renovação do imobilizado.

Essa falta de planejamento, pode ocasionar, a longo prazo, situação de maquinários obsoletos, que acarreta altos gastos com manutenção, pelo longo tempo de uso, e perda de níveis de competitividades com outras empresas do mesmo ramos de negócios que buscam tecnologias de ponta para realização de suas atividades.

No que diz respeito ao Princípio da Prudência, o fato de esperar sempre uma variação patrimonial negativa, ou seja, valores maiores para o passivo e menores para o ativo não é uma questão de pessimismo, e sim uma questão de prudência. A administração de recursos financeiros, fazendo analogia com o organismo humano, é um trabalho de prevenção de doenças, ou seja, manter a saúde financeira da empresa em níveis satisfatórios, proporcionando assim vida longa para a entidade e reserva de recursos em casos emergenciais.

Um planejamento de vendas poderia ser realizado, a entrada de recursos provém basicamente do setor de vendas. Dependem desses recursos investimentos adicionais em imobilizados, volume de despesas a ser planejado e outros aspectos operacionais. Calcular qual seria a melhor proporção entre vendas à vista e vendas a prazo para mantendo assim, o nível do caixa necessário para cumprir com os pagamentos da empresa.

Reforçando o que foi exposto anteriormente, problemas de ordem financeira em empresas são, na maioria das vezes, decorrentes de falhas na gestão do negócio. Assim, se a empresa estudada tivesse o cuidado de realizar um planejamento de suas ações, que realmente não foi realizado, de acordo com os resultados obtidos, situações extremas, como o Passivo a Descoberto, verificado no Balanço Patrimonial de 31 de Dezembro de 2002, com um alto índice de endividamento, não teria ocorrido, ou as chances de ocorrência potencialmente reduzidas.

O universo de atuação das Ciências Contábeis é muito grande. Neste trabalho foi mostrado um pequeno exemplo, a conciliação econômico-financeira através da gestão do caixa, de como esta Ciência pode auxiliar o gestor a entender o que está se passando e planejar o futuro da empresa.

O autor ainda defende a participação dos profissionais da contabilidade de todas as fases de planejamento e execução de atividades das empresas, pois estes conhecem, sob os aspectos quantitativos e qualitativos a situação real das mesmas.

Recomenda-se aos gestores utilizarem a contabilidade como instrumento de gestão financeira nas suas empresas.

Recomenda-se também, que tal estudo seja aplicado em empresas de diferentes setores, não apenas no setor de comércio varejista, para realizar comparações entre modelos de gestão financeira.

Recomenda-se verificar se há realmente um padrão de distribuição de recursos de caixa na empresa através da aplicação do modelo de saldos mínimos de caixa com os resultados de exercícios no futuro.

Também verificar se o setor de atuação das empresas, determina o modelo de gestão financeira aplicado e até que ponto tal variável (setor de atuação) causa influência.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. **Código Civil**, Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL. **CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido**. In: Portal Tributário – Planejamento Fiscal e Guia de Impostos. Disponível em: www.portaltributario.com.br/tributos/csl.html. Acesso em: 16 agosto 2006.
- BRASIL. **Regulamento do Imposto de Renda, Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. In: Receita Federal. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/default.htm>. Acesso em: 16 agosto 2006.
- BRASIL. **Revenda Varejista de Combustível Automotivo**. In: ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso em: 11 de outubro de 2006.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.
- EXAME. **Sete Pecados Capitais – os erros financeiros que mais emperram o crescimento de pequenas e médias empresas**. In: Portal Exame. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0875/pme/m0101363.html>. Acesso em 20 de novembro de 2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: Atualizado Conforme o Novo Código Civil**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de (Org). 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SEBRAE. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. In: SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/mortalidade%5Fempresas>. Acesso em 17 de novembro de 2006.
- THOMÈ, Irineu. **Empresas de Serviços Contábeis: Estrutura e Funcionamento**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANEXOS

Anexo 1: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2001

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2001			
(valores expressos em Reais)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	56.377,54	TOTAL DO PASSIVO	0,00
DISPONIBILIDADES	56.377,54	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
BENS NUMERÁRIOS	56.377,54	CAPITAL SOCIAL	60.000,00
Caixa	56.377,54	CAPITAL SUBSCRITO	60.000,00
PERMANENTE	1.714,57	Capital Integralizado	60.000,00
IMOBILIZADO	1.714,57	LUCRO/PREJ. ACUMUL.	(2.079,35)
BENS EM OPERAÇÃO	1.714,57	PREJ. ACUMULADOS	(2.079,35)
Máquinas e equipamentos	1.714,57	Prej. Exercício 2001	(2.079,35)
DEPR. AMORT. EXAUS. ACUM.	(171,46)	TOTAL P.L.	57.920,65
Máquinas e equipamentos	(171,46)		
TOTAL DO ATIVO	57.920,65	TOTAL PASSIVO + P.L.	57.920,65

Anexo 2: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2002

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2002			
(valores expressos em Reais)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	47.719,84	CIRCULANTE	235.941,07
DISPONIBILIDADES	6.119,84	OBRIGAÇ. DE FUNCIONAMENTO	235.941,07
BENS NUMERÁRIOS	677,04	OBRIGAÇ. COM FORNECEDORES	17.246,78
Caixa	677,04	Fornecedores	17.246,78
BANCO CTA. MOVIMENTO	5.442,80	OBRIGAÇÕES FISCAIS	18.376,99
Banco do Brasil SA	5.442,80	Cofins a Recolher	578,96
CRÉDITOS	41.600,00	Contribuição Social a Recolher	12.393,63
ESTOQUES	41.600,00	Icms a Recolher	2.121,63
Mercadorias e Materiais	41.600,00	Irpj a Recolher	3.157,33
PERMANENTE	8.283,33	Pis a Recolher	125,44
IMOBILIZADO	8.283,33	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	4.149,00
BENS EM OPERAÇÃO	8.802,00	Salários a Pagar	3.949,00
Máquinas e equipamentos	8.164,37	Pro-Labore a Retirar	200,00
Móveis e Utensílios	637,63	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2.068,30
DEPR. AMORT. EXAUS. ACUM.	(518,67)	Fgts a Recolher	484,56
Máquinas e equipamentos	(458,06)	Previdência Social a Recolher	1.583,74
Móveis e Utensílios	(60,61)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	194.100,00
		Empréstimos de Sócios	194.100,00
		TOTAL PASSIVO	235.941,07
		PASSIVO A DESCOBERTO	
		CAPITAL SOCIAL	60.000,00
		CAPITAL SUBSCRITO	60.000,00
		Capital Integralizado	60.000,00
		LUCRO/PREJ. ACUMUL.	(239.937,90)
		PREJ. ACUMULADOS	(239.937,90)
		Prej. Exercício 2001	(1907,89)
		Prej. Exercício 2002	(238.030,01)
TOTAL DO ATIVO	56.003,17	TOTAL PAS. – PAS. A DESCOB.	56.003,17

Anexo 3: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2003

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2003			
(valores expressos em Reais)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	418.752,74	CIRCULANTE	26.446,81
DISPONIBILIDADES	61.544,74	OBRIGAÇ. DE FUNCIONAMENTO	26.446,81
BENS NUMERÁRIOS	9.577,01	OBRIGAÇÕES FISCAIS	16.745,68
Caixa	9.577,01	Cofins a Recolher	510,93
BANCO CTA. MOVIMENTO	12.782,62	Contribuição Social a Recolher	11.517,74
Banco do Brasil SA	12.782,62	Icms a Recolher	1.664,95
APLICAÇÕES DE LIQ. IMEDIATA	39.185,11	Irpj a Recolher	2.941,36
Banco do Brasil SA	38.185,11	Pis a Recolher	110,70
Banco Real SA	1.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	6.292,00
CRÉDITOS	357.208,00	Salários a Pagar	6.078,00
CLIENTES	302.000,00	Pro-Labore a Retirar	214,00
Clientes Diversos	302.000,00	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	3.409,13
ESTOQUES	55.208,00	Fgts a Recolher	758,06
Mercadorias e Materiais	55.208,00	Previdência Social a Recolher	2.651,07
PERMANENTE	8.870,47	TOTAL DO PASSIVO	26.446,81
IMOBILIZADO	8.870,47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
BENS EM OPERAÇÃO	10.001,62	CAPITAL SOCIAL	60.000,00
Máquinas e equipamentos	8.508,37	CAPITAL SUBSCRITO	60.000,00
Móveis e Utensílios	1.493,25	Capital Integralizado	60.000,00
DEPR. AMORT. EXAUS. ACUM.	(1.131,15)	LUCRO/PREJ. ACUMUL.	341.176,40
Máquinas e equipamentos	(1.004,42)	LUCROS ACUMULADOS	581.114,30
Móveis e Utensílios	(126,73)	Lucros Exercício 2003	581.114,30
		PREJ. ACUMULADOS	(239.937,90)
		Prej. Exercício 2001	(1.907,89)
		Prej. Exercício 2002	(238.030,01)
		TOTAL P.L.	401.176,40
TOTAL DO ATIVO	427.623,21	TOTAL PASSIVO + P.L.	427.623,21

Anexo 4: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2004

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2004			
(valores expressos em Reais)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	407.578,78	CIRCULANTE	31.362,10
DISPONIBILIDADES	339.266,78	OBRIGAÇ. DE FUNCIONAMENTO	31.362,10
BENS NUMERÁRIOS	3.727,84	OBRIGAÇ. COM FORNECEDORES	
Caixa	3.727,84	Fornecedores	143,50
BANCO CTA. MOVIMENTO	91.758,60	OBRIGAÇÕES FISCAIS	18.599,64
Banco do Brasil SA	37.116,86	Cofins a Recolher	679,84
Caixa Econômica Federal	54.641,74	Contribuição Social a Recolher	12.437,32
APLICAÇÕES DE LIQ. IMEDIATA	243.780,34	Icms a Recolher	1.955,27
Banco do Brasil SA	76.626,93	Irpj a Recolher	3.379,91
CEF FAC DI	1.733,19	Pis a Recolher	147,30
CEF FAC DI	6.014,91	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	8.183,50
CEF FAC EXECUTIVO	25.383,99	Salários a Pagar	7.952,50
CEF FAC PRÊMIO	8.211,60	Pro-Labore a Retirar	231,00
CEF FIF CAPITAL	106.427,61	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	4.298,96
CEF FIF IDEAL	19.382,11	Fgts a Recolher	1.018,36
CRÉDITOS	68.312,00	Previdência Social	3.280,60
CLIENTES	10.000,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	136,50
Clientes Diversos	10.000,00	Pensão Alimentícia	136,50
ESTOQUES	58.312,00	TOTAL DO PASSIVO	31.362,10
Mercadorias e Materiais	58.312,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	9.008,80	CAPITAL SOCIAL	60.000,00
CRÉDITOS	9.008,80	CAPITAL SUBSCRITO	60.000,00
CONSÓRCIOS	9.008,80	Capital Integralizado	60.000,00
Amauri Adm. de Consórcios	9.008,80	LUCRO/PREJ. ACUMUL.	335.288,47
PERMANENTE	10.062,99	LUCROS ACUMULADOS	335.288,47
IMOBILIZADO	10.062,99	Lucros Exercício 2003	281.176,40
BENS EM OPERAÇÃO	11.801,62	Lucros Exercício 2004	54.112,07
Computadores e Periféricos	685,00	TOTAL P.L.	395.288,47
Máquinas e equipamentos	9.623,37		
Móveis e Utensílios	1.493,25		
DEPR. AMORT. EXAUS. ACUM.	(1.738,63)		
Máquinas e equipamentos	(1.545,78)		
Móveis e Utensílios	(192,85)		
TOTAL DO ATIVO	426.650,57	TOTAL PASSIVO + P.L.	426.650,57

Anexo 5: Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2005

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de Dezembro de 2005			
(valores expressos em Reais)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	654.948,41	CIRCULANTE	87.700,42
DISPONIBILIDADES	603.868,41	OBRIGAÇ. DE FUNCIONAMENTO	87.700,42
BENS NUMERÁRIOS	306.050,10	OBRIGAÇ. COM FORNECEDORES	35.292,16
Caixa	306.050,10	Fornecedores	35.292,16
BANCO CTA. MOVIMENTO	30.377,36	OBRIGAÇÕES FISCAIS	38.274,00
Banco do Brasil SA	14.515,91	Cofins a Recolher	1.255,05
Caixa Econômica Federal	14.744,33	Contribuição Social a Recolher	27.646,63
Caixa Capitalização	1.117,12	Icms a Recolher	1.577,25
APLICAÇÕES DE LIQ. IMEDIATA	267.440,95	Irpj a Recolher	7.523,14
Banco do Brasil SA	53.315,15	Pis a Recolher	271,93
CEF FAC DI	35.133,19	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	7.785,00
CEF FAC DI	6.014,91	Salários a Pagar	7.251,00
CEF FAC EXECUTIVO	25.383,99	Pro-Labore a Retirar	534,00
CEF FAC PRÊMIO	8.211,60	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	6.349,26
CEF FIF CAPITAL	120.000,00	Fgts a Recolher	3.163,05
CEF FIF IDEAL	19.382,11	Previdência Social	3.162,21
CRÉDITOS	51.080,00	Contrib. Sind. a Recolher	24,00
ESTOQUES	51.080,00	TOTAL DO PASSIVO	87.700,42
Mercadorias e Materiais	51.080,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	12.769,86	CAPITAL SOCIAL	60.000,00
CRÉDITOS	12.769,86	CAPITAL SUBSCRITO	60.000,00
CONSÓRCIOS	12.769,86	Capital Integralizado	60.000,00
Amauri Adm. de Consórcios	10.773,78	LUCRO/PREJ. ACUMUL.	532.435,27
Dimas Adm. de Consórcios	1.996,08	LUCROS ACUMULADOS	532.435,27
PERMANENTE	12.417,42	Lucros Exercício 2005	197.146,80
IMOBILIZADO	12.417,42	TOTAL P.L.	592.435,27
BENS EM OPERAÇÃO	15.430,62		
Computadores e Periféricos	2.685,00		
Máquinas e equipamentos	11.252,37		
Móveis e Utensílios	1.493,25		
DEPR. AMORT. EXAUS. ACUM.	(3.013,20)		
Máquinas e equipamentos	(2.671,02)		
Móveis e Utensílios	(342,18)		
TOTAL DO ATIVO	680.135,69	TOTAL PASSIVO + P.L.	680.135,69

